

A construção dos tempos do “passado” em alguns textos do século XV – Sete Vidas de Santos do Códice Alcobacense 266

Sara Figueiredo Costa
FCSH-UNL

O estudo dos testemunhos em língua portuguesa dos primeiros séculos da sua utilização na escrita é essencial para a futura definição de generalizações seguras sobre o sistema linguístico do Português Antigo e Médio. A inexistência de uma norma ortográfica e a variação observável nos diversos textos que se conhecem relativos a esse período não permitem o estabelecimento de conclusões generalizadas sobre a língua portuguesa da época. Nesse sentido, a análise linguística e o estudo minucioso de cada testemunho são imprescindíveis para conhecermos cada vez melhor a língua da época.

Os textos estudados pertencem a um códice alcobacense (o ALC.266 da BN) datado paleograficamente do século XV e editado por um grupo de trabalho, coordenado por Ivo Castro, em 1983. No entanto, o estudo que lhe foi dedicado no volume da edição¹ parece confirmar uma maior antiguidade do texto, apontando para a existência de um códice anterior que terá servido de base ao que hoje conhecemos. Esta hipótese é suportada pela presença no manuscrito de traços de um estágio de língua mais antigo, seguramente anterior ao século XV, o que vem assegurar, segundo Ivo Castro, que os textos do códice serão cópias de outros textos em português e não traduções directas de textos noutra língua.

Partindo dos estudos sobre as categorias de tempo, modo e aspecto desenvolvidos por M. Henriqueta Costa Campos dentro do quadro da Teoria Formal Enun-ciativa, esta comunicação pretende apresentar uma análise das formas verbais identificáveis como pertencendo ao “passado” (registam-se formas dos seguintes tempos: Pretérito Perfeito Simples, Pretérito Perfeito Composto, Pretérito Mais que Perfeito Simples, Pretérito Mais que Perfeito Composto, Pretérito Imperfeito do Indicativo e Pretérito Imperfeito do Conjuntivo), procurando confirmar se existem diferenças em termos dos valores desencadeados por estas formas nos textos relativamente aos valores desencadeados pelas mesmas formas no português actual.

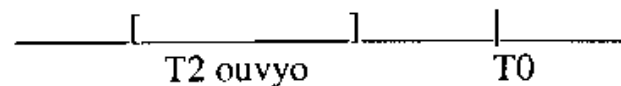
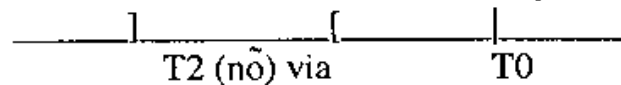
As formas linguísticas marcadoras da categoria temporal mais frequentes nestes textos são as do pretérito, verificando-se que a maioria das formas verbais alternam entre o Pretérito Perfeito Simples e o Pretérito Imperfeito do Indicativo.

¹ Cf. CASTRO, Ivo et al., 1983, “Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense”, *Revista Lusitana* 4, nova série, Lisboa, INIC, pg.5-13

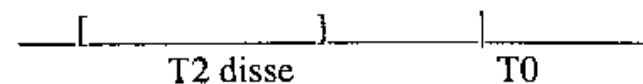
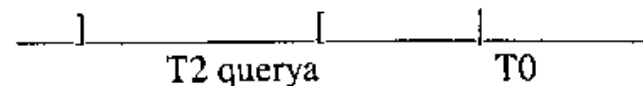
Esta alternância é tanto mais relevante quanto a estrutura narrativa dos textos é marcada pela descrição de situações passadas, associadas a uma certa continuidade, logo, utilizando o Pretérito Imperfeito, descrição essa que é regularmente suspensa pela exposição narrativa de acontecimentos também passados, temporalmente bem delimitados, marcados pelo Pretérito Perfeito Simples. Esta relação intrínseca entre o sistema verbal e a organização narrativa é muito notória no texto d'*A visão de Tündalo*, onde se descreve uma passagem contínua por vários lugares e estados, a que se associa o Pretérito Imperfeito e o seu aspecto durativo e não-concluído, interrompida pontualmente por acontecimentos perfeitamente delimitados temporalmente, marcados pelo Pretérito Perfeito Simples.

A conjugação destas duas formas cria frequentemente situações de enunciação em que o aspecto de duratividade (marcado, como já referi, pelo Pretérito Imperfeito) de determinados factos no passado é interrompido pela descrição de situações também no passado, agora marcadas pelo Pretérito Perfeito Simples, cujo intervalo temporal tem fronteiras definidas claramente (ex.1) ou pela mudança de sujeito enunciador, através do discurso directo das personagens, criando-se depois uma outra situação enunciativa dentro da principal (ex.2).

(ex.1) (...) *a alma nã via cousa nêhũa mas ouvyo muy grande arroydo* (...)



(ex.2) *E a alma querya ficar em aquelle logar e o anjo lhe disse: olha e veerás* (...)

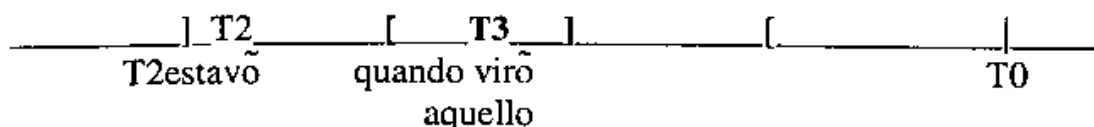


Na segunda relação predicativa, a partir de T2 [*disse*], cria-se uma outra situação de enunciação em que as formas do Presente e do Futuro serão as referências temporais.

Por vezes, o intervalo delimitado dentro do intervalo correspondente ao Pretérito Imperfeito, cujas fronteiras são abertas, surge com o recurso a marcadores

temporais. No ex.3, T3 desencadeia a formação de um intervalo delimitado que inclui a acção descrita pelo Pretérito Perfeito Simples e que abrange a oração temporal iniciada por "quando", marcador da fronteira inicial de T3:

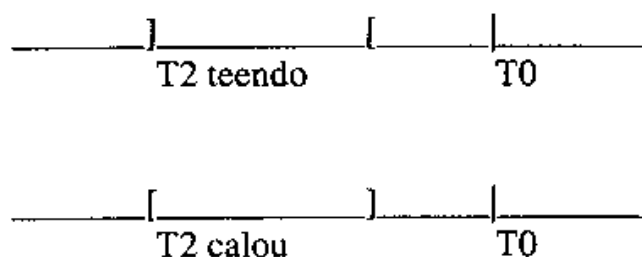
(ex.3): *E muitos clérigos e leygos que hy estavõ quando virõ aquello espantãrõ-se (...)*



As formas do Pretérito Perfeito Simples são recorrentes nos textos como forma de introduzir os diálogos dentro da narrativa (ex.4): *E hũa voz veo do çeeo que lhe disse: – Nom he do abbade António (...)* [Vida de Tarsis]; *"(...) e rrespondeo o frade e disse: digo-te ã verdade que o rreçebe cõ muito prazer"* [Vida de Eufrosina]; *"(...) rrespondeo ella: verdadeyramente assy he como tu dizes."* [Vida de Santa Maria Egipcíaca]. Estas formas têm, nos textos estudados, um valor equivalente ao das mesmas formas verbais utilizadas em textos contemporâneos; o Pretérito Perfeito Simples marca o momento determinado e delimitado, anterior a T0, em que determinado sujeito produziu um enunciado.

O valor de imperfectividade desencadeado pelas formas do Pretérito Imperfeito do Indicativo é, nestes textos, frequentemente desencadeado também por formas do gerúndio que assumem, assim, valor pretérito relativamente à situação de enunciação origem. Veja-se o ex.5:

(ex.5): *Com lágrimas continuadas teendo as mããos alcadas ao ceo calou hum pouco* [Morte de S.Jerónimo]



A forma *teendo* remete para uma situação anterior a T0, cujas fronteiras não estão delimitadas, tal como verificamos em exemplos semelhantes que usam o Pretérito Imperfeito do Indicativo onde esta frase usa o Gerúndio.

Relativamente ao Pretérito Imperfeito do Conjuntivo, a análise das ocorrências dos textos não apresenta diferenças relativamente aos valores desencadeados por este tempo no português actual. As formas do Imperfeito do Conjuntivo assumem,

nestes textos como actualmente, a função desencadeadora de um valor de futuro hipotético, mesmo que se situem num tempo passado, ou seja, anterior a T0. Veja-se o ex.6:

(ex.6) “*pormeteu que se daly escapasse que se metesse ã hordem*”

Neste exemplo o Pretérito Imperfeito do Conjuntivo das formas *escapasse* e *metesse* desencadeia um valor que, apesar de enunciado no passado, remete o acontecimento linguístico para o futuro, para um futuro hipotético que, no caso da segunda forma, representáramos, hoje, recorrendo ao Futuro do Pretérito (ou Condicional).

Encontramos também várias ocorrências de Pretérito Imperfeito do Conjuntivo com valor exortativo, num tipo de construção ainda produtivo no português actual:

(ex.7) “*(...) e cõtou-lhe todo o feyto e rrogou-lhe que orasse a Deos (...)*”
[Vida de Tarsis]

Nas Vidas de Santos estudadas encontram-se dois tempos pretéritos compostos: o Pretérito Perfeito Composto e o Pretérito Mais que Perfeito Composto, com a forma **Haver + Particípio Passado** (registando-se duas formas, ambas do Pretérito Perfeito Composto, com **Ter + Particípio Passado**). A questão que se coloca face aos dados que os textos fornecem é a de saber se estamos perante verdadeiros tempos compostos ou se as construções de Haver + Particípio Passado (PP) são, ainda, as mesmas construções que se documentam desde o latim da época de Plauto, assumindo o Particípio Passado o valor de predicativo do complemento directo, devendo, por isso, concordar com ele em género e número². Rosa Virgínia Matos e Silva, citando Said Ali (1957) e Mattoso Câmara Jr.(1956), resume o problema do seguinte modo:

“(...) enquanto se documenta a flexão do particípio passado de acordo com o complemento directo desse particípio, essa sequência não é de se considerar como tempo composto ou locução verbal, por não ter ocorrido ainda a fusão semântica e sintáctica que está implícita na construção do tempo composto, constituído de ter ou haver nas suas formas flexionadas mais o particípio passado invariável (...).”³

² CAMPOS, 1997: pg.50-51: “Esse valor, desde a época de Plauto, associava uma ideia de possessão transportada até ao presente. Daí que o particípio passado, que funcionava como predicativo do complemento directo, estivesse necessariamente em concordância sintáctica com o complemento directo respectivo(...), como ilustram os seguintes exemplos (Bourciez [1910]1967: 116 e 465):

*in ea prouincia pecunias magnas collocatas habent (Cic. De imp.Pomp.18)
flores que ela regadas tinha (Camões, Lus. 3, 132)”*

³ SILVA, Rosa V.M.e, 1989, *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do português Arcaico*, Lisboa, INCM: pg.438.

Assumindo este pressuposto, não podemos falar de tempos compostos relativamente aos textos aqui estudados, na medida em que a concordância entre o participio passado e o complemento directo se verifica em sete das nove ocorrências do Pretérito Perfeito Composto, podendo observar-se que a construção dessa concordância desencadeia, de facto, o valor de posseção arrastado até ao presente observado por Campos (ver nota 6):

(ex.8) "*(...) ca nom poderas ouvir quantas e quaees maldades hey feytas pero quero-te contar todo e nom te ecubrir nemhua rrem.*" [Vida de Santa Maria Egipcíaca]

(ex.9) "*Oo velho maaõ, quanta força me as feyta jamais adeante ãõ poderey soportar as tuas obras, feytos e artes.*" [Vida de Santa Pelágia]

Nesse sentido, parece ser possível falar de uma mudança relativamente aos valores desencadeados por esta construção, mudança essa que se caracterizaria pela marcação de uma fronteira final definida nos casos em que o PP serve de predicativo do complemento directo e pela indefinição da fronteira final do processo no caso do actual PPC. Veja-se, a esse respeito, o contraste explicado por Óscar Lopes:

*"As gramáticas chamam "pretérito perfeito composto" ao tempo que se exemplifica por "tenho estudado", porque no português antigo, e sobretudo quando o participio ainda servia de nome predicativo do complemento directo ("estes assuntos que tenho estudados"), se tratava efectivamente de um pretérito perfeito em relação ao momento p (o que se dizia era equivalente a "tenho, possuo, disponho de, estes assuntos, já estudados"). É o valor que ainda se mantém em o "tenho dito" (ou "disse") com que é da praxe rematar uma alocução, e no present perfect inglês. Hoje, no entanto, "tenho estudado" exprime um processo cujo momento inicial é anterior a p, mas cujo momento extremo final não está definido: é um pretérito durativo, imperfeito (ou não dado como perfeito) relativamente ao momento p."*⁴

O valor de duratividade/iteratividade que hoje encontramos no Pretérito Perfeito Composto não é uma característica das formas desta construção nos exemplos destes textos. O carácter de acontecimento linguístico concluído associado ao valor das construções aqui encontradas, a que facilmente associamos a descrição de algo que se possui já *passado, feito, guardado, perdido*, assinalada por Óscar Lopes, não é compatível com o valor de iteratividade que observamos nas actuais formas do PPC, e muito menos com o facto de a fronteira final do processo não ser delimitada e incluir o tempo da enunciação, como acontece actualmente.

⁴ LOPES, Óscar, 1971, *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, FCG: pg.232-233

Relativamente ao Pretérito Mais que Perfeito, os textos apresentam formas simples e compostas, sendo estas últimas construídas sempre com o auxiliar Haver. Num artigo de 1998, Campos levanta algumas hipóteses sobre a diferença entre a forma simples e a forma composta deste tempo verbal, comentando também o valor do auxiliar (Ter ou Haver).

Assumindo que a utilização de duas formas distintas não deverá corresponder apenas a motivações estilísticas de quem escreve, a autora propõe que a diferença entre a forma simples e a forma composta do Pretérito Mais que Perfeito é de origem aspectual e remonta, tal como se observa a partir dos exemplos que surgem no artigo (retirados da *Crónica de D.João I*, de Fernão Lopes), pelo menos ao Português Médio. Assim, a forma simples deste tempo exprime “*l’accomplissement d’un évènement ponctuel*”⁵ e a forma composta, com Ter ou Haver, exprime “*l’évènement accompli et la conséquence de nature stativ e qui en découle*”⁶. Esta diferença aspectual, de difícil percepção como a própria autora indica, parece dificilmente observável nestes textos. Veja-se o contraste entre os seguintes exemplos:

(ex.10) *taaes vestiduras quaes ell nũca vira* [Visão de Túndalo]

(ex.11) *desasemelhada das outras que antes avya vistas* [Visão de Túndalo]

Em 10), segundo a proposta de Campos, temos um acontecimento pontual descrito como concluído. Em 11), teríamos o acontecimento e a consequência de natureza estativa dele resultante, algo que dificilmente se percebe nesta frase.

No entanto, a análise dos textos estudados permite corroborar a outra conclusão de Campos, mais relevante para a presente comunicação: o Pretérito Mais que Perfeito não sofre, ao longo do tempo, modificações nos valores que desencadeia. A única alteração a registar é a substituição progressiva do auxiliar Haver pelo auxiliar Ter na forma composta, tal como acontece com o Pretérito Perfeito Composto.

Relativamente à questão dos tempos compostos sintetizada por Silva (1989), a análise deste conjunto de textos não permitiu chegar a conclusões decisivas sobre a interpretação da construção Haver+PP como uma construção de Aux+V ou como Verbo + Predicativo de CD. Só um estudo metódico de vários textos (de diferentes tipologias) da época medieval poderá esclarecer o assunto de forma mais decisiva. A presença de cinco formas (duas do Pretérito Perfeito Composto e três do Pretérito Mais que Perfeito Composto) em que o Particípio Passado não concorda com nenhum outro elemento permite-nos registar a existência de uma estrutura igual à

⁵ CAMPOS, 1998, “Sur les formes composées du prétérit en portugais”, *Actes du XXII CILPR (Bruxelles, 1998)*: pg.59

⁶ idem.

que encontramos actualmente, embora esse facto não seja conclusivo, principalmente por se registar num reduzido número de formas. Por outro lado, a existência de concordância nas outras sete formas do Pretérito Perfeito Composto registadas, bem como nas outras oito formas do Pretérito Mais que Perfeito Composto apontam para uma construção de Verbo+Predicativo de CD e, sendo estas ocorrências maioritárias, poderíamos colocar a hipótese de os valores desencadeados pelas formas compostas serem, ainda, o de Verbos com Predicativo do Complemento Directo. No entanto, uma dúvida se coloca: se esta hipótese for correcta, a que momento cronológico se reporta, ao século XV (altura em que este códice foi copiado) ou a séculos anteriores (XIII/XIV) em que provavelmente se terão redigido em português as versões que serviram de base a esta que conhecemos?

Os outros tempos verbais estudados não apresentam diferenças assinaláveis nos valores desencadeados relativamente ao seu uso actual, concentrando-se os elementos de interesse para um estudo diacrónico da anterioridade como categoria verbal nas formas compostas do Pretérito.